

Protecionismo Europeu Atinge Todos os Brasileiros

Raul Paulo Costa (*)

Até o fechamento desta edição, o Governo brasileiro estava ainda participando das negociações com a Comunidade Econômica Européia (CEE), visando evitar qualquer aumento de atitudes protecionistas ou de subsídios, adotados por aquele bloco de países, às oleaginosas e derivados, em especial o farelo de soja e a soja em grão.

O assunto é de maior importância, pois trata do primeiro item da pauta brasileira de exportações, somado ao fato de que a CEE é o maior comprador de farelo de soja e de soja em grão do Brasil. Só em 1991 - um ano atípico devido à pequena safra -, o Brasil vendeu à CEE US\$ 1,136 bilhão em farelo e US\$ 374 milhões em soja em grão. Na safra recorde de 1989 foram embarcados para a CEE US\$ 1,395

bilhão em farelo e US\$ 892 milhões em grão. A previsão da ABIOVE para este ano, só para a CEE, é de US\$ 1,33 bilhão em farelo e US\$ 830 milhões em grão.

Mas, na verdade, os valores e volumes envolvidos são bem maiores do que esses números. O protecionismo e os subsídios adotados pelos países do Hemisfério Norte não atingem apenas o interesse comercial mais imediato das empresas exportadoras. Devido ao efeito multiplicador, cada tonelada a menos nas exportações de farelo de soja significa menor renda e menos empregos não só na indústria esmagadora, mas também na lavoura; nas fábricas de adubos, tratores e máquinas agrícolas; nas empresas transportadoras e, por consequência, na indústria de caminhões e auto-peças; nas atividades portuá-

rias, na rede de armazéns e tantos outros setores da economia. Isso sem falar nas vendas de automóveis, na construção civil e no comércio em geral das centenas de pequenas e médias cidades do interior do país, cujos altos e baixos de movimentação econômica dependem diretamente de boas safras e da boa renda auferida pelo produtor rural. É importante destacar também este último aspecto, pois já ocorreram safras abundantes sem que o agricultor tenha se capitalizado, fato extremamente negativo para toda a economia brasileira.

Por ocasião da produção deste artigo ainda não sabíamos do desfecho final das negociações com a CEE. Mas apesar da tensão e do intenso trabalho e cansaço causados por qualquer processo de negociação difícil, alguns pontos positivos já podemos apontar. Entre eles destacamos a colaboração, trabalho conjunto e semelhanças de pontos de vista entre Governo e iniciativa privada. Mesmo tendo sido uma negociação coordenada, conduzida e executada pelo Governo, a ABIOVE forneceu às autoridades, diplomatas e técnicos governamentais todos os dados, projeções e trabalhos técnicos disponíveis. O próprio presidente da ABIOVE encontrou-se e trocou idéias com os ministros Antonio Cabrera e Celso Lafer, com o secretário executivo

(*) Presidente da ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

do Ministério da Economia, Luiz Antonio Gonçalves, e com a Secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck.

Somos a favor dessa e de outras negociações, apesar de defendermos o livre mercado, que é o fim de subsídios e protecionismos. Diferenças de interesses são naturais entre países e até, muitas vezes, entre os agentes econômicos. Isso é normal e não quer dizer que nações devam se tornar "inimigas" ou se retaliarem mutuamente.

Isso tudo vale com especial ênfase para o comércio internacional, um dos importantes componentes da internacionalização da economia, fato irreversível e que, se bem conduzido e bem aproveitado, será extremamente benéfico para todos os povos do mundo. Aliás, a internacionalização da economia

é mais um motivo para crer que guerras comerciais e retaliações a ninguém beneficiam.

Essa nova posição a favor do diálogo, da negociação e de encarar a economia, os negócios e a vida em geral acima das fronteiras nacionais não significa, porém, abandonar a firmeza na negociação, que faz parte do processo. Não significa, também, deixar de lado nossas convicções a favor da liberdade de mercado, do livre comércio e do máximo uso das vantagens comparativas de cada país e de cada setor econômico. Da mesma maneira que concordamos com a desregulamentação e com a abertura de fronteiras ocorridas no Brasil e em outras nações latino-americanas nos últimos três anos – defendemos que isso também aconteça no Hemisfério Norte. Somos contra protecionis-

mos e subsídios e os fatos mostram que na agricultura e na agroindústria os países do Hemisfério Sul são mais competitivos. Aceitamos, porém, que a CEE e outros queiram reduzir paulatinamente aquelas proteções e subsídios, para evitar choques bruscos. E, embora defendamos a abolição total daqueles mecanismos artificiais, achamos que é um avanço a sua retirada parcial e negociada.

Finalmente, a safra 1992/93 deverá apresentar crescimento na produção de soja, um produto com mercado e liquidez garantidos, o que representa segurança para o agricultor e libera o governo de possíveis ônus. Este é mais um motivo para que atitudes protecionistas no Hemisfério Norte preocupem nosso país.